

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS
S.A. – USIMINAS

6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 6ª Emissão de Debêntures da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS
- CNPJ/MF: 60.894.730/0001-05
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Ronald Seckelmann
- Atividades: a exploração da indústria siderúrgica, e o comércio de seus produtos e subprodutos, podendo ainda explorar a atividade portuária para si ou para terceiros, importar, exportar e praticar outras atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços de qualquer natureza, correlata ou não. Ademais, a Emissora poderá, a critério do seu Conselho de Administração, participar de outras sociedades ou empreendimentos de qualquer natureza, no país ou no exterior.

Características da Emissão

- Emissão: 6ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 30/01/2013
- Data de Vencimento*: 15/09/2026
- *Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Banco Escriurador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código Cetip/ISIN: USIM16/ BRUSIMDBS054
- Coordenador Líder: BB – Banco de Investimento S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures serão destinados para reperfilamento de dívidas vincendas em 2013 e reforço de caixa da Companhia.
- Tipo de Emissão*: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora. Ademais, informa o(s) inadimplemento(s), conforme mencionado(s) no item 9 abaixo.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 21/01/2016, foi aprovada a alteração dos artigos 12 e 28 do Estatuto Social da Companhia, a fim de estabelecer a nova forma de eleição do presidente dos empregados no Conselho de Administração.

Em AGE, realizada em 19/07/2016, foi aprovada a homologação do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 18.04.2016 e consequentemente foram aprovadas as alterações do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) do caput artigo 5º do Estatuto Social da Companhia em decorrência do aumento de capital homologado na mesma data; e (ii) do aumento de capital realizado no limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em 11.03.2016 e objeto de homologação parcial em 03.06.2016; e (iii) parágrafo 1º do artigo 5º, a fim de refletir a dedução, no montante de ações correspondente ao capital autorizado da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 24.22-9-01 - Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: em conformidade com as Normas Internacionais de relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo

International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,91 em 2015 para 0,97 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 1,53 em 2015 para 3,66 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 0,92 em 2015 para 2,18 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,37 em 2015 para 0,32 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 13,1% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou redução de 14,5% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 4,9% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 12,6% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 8,4% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO*: (i) 100% do DI + 1,00% a.a., a partir da Data de Emissão (inclusive) até 31/12/2015 (exclusive); (ii) 100% do DI + 3,68% a.a., a partir de 31/12/2015 (inclusive) até 12/09/2016 (exclusive); e (iii) 100% do DI + 3,00% a.a., a partir de 12/09/2016 (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive).

*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.

- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

01/02/2016 – R\$ 766,202469

01/08/2016 – R\$ 870,690919

15/12/2016 – R\$ 625,438320

Prêmio:

05/01/2016 – R\$ 53,152003

13/09/2016 – R\$ 51,010594

- **POSIÇÃO DO ATIVO:**

Quantidade em circulação: 100.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 100.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **Resgate:** não houve;
- **Amortização:** não houve;
- **Conversão:** não aplicável;
- **Repactuação:** não aplicável;
- **Pagamento dos juros das debêntures realizados no período:** conforme item 4 acima;
- **Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** não houve.

6. **Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso:** (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. **Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora:** (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. **Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão:** (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas as obrigações relativas às debêntures, a manter, entre outras obrigações, o índice financeiro descrito no item 6.1, alínea “(xviii)”, da Escritura de Emissão, cuja verificação terá início no semestre encerrado em 30/06/2019.*

De acordo com as informações obtidas, verificamos o(s) seguinte(s) inadimplemento(s), conforme previsto nos documentos da operação:

- (i) Não cumprimento do valor mínimo do imóvel.

Ressaltamos que, de acordo com a Escritura de Emissão, o não cumprimento de qualquer obrigação não pecuniária será considerado como hipótese de vencimento antecipado se não for sanado no prazo de cura de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do descumprimento.

*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie com garantia real*.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) hipoteca, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante**

do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário: (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	Reapresentado 31/12/2015	31/12/2016	Reapresentado 31/12/2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	362.293	319.027	719.870	800.272
Títulos e valores mobiliários	9	176.422	442	1.537.584	1.224.186
Contas a receber de clientes	10	890.216	1.083.199	1.179.212	1.428.421
Estoques	11	2.204.776	2.264.551	2.604.308	2.748.417
Impostos a recuperar	12	66.087	131.537	125.191	210.946
Imposto de renda e contribuição social antecipados		65.770	43.013	113.409	166.252
Dividendos a receber	34	55.327	12.066	2.463	2.357
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	42.782	44.669	152.560
Demais valores a receber		112.040	185.158	93.774	161.432
Total do ativo circulante		3.932.931	4.081.775	6.420.478	6.894.842
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	2.021.565	2.045.188	3.120.368	3.281.063
Valores a receber de empresas ligadas	34	59.780	45.850	3.842	4.412
Depósitos judiciais	14	529.015	488.311	660.229	597.392
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	365.308	100.670	559.654
Imposto de renda e contribuição social antecipados		-	-	68.172	-
Impostos a recuperar	12	32.055	42.204	96.070	81.263
Demais valores a receber		115.342	45.405	215.932	173.844
		2.757.757	3.032.266	4.265.283	4.697.628
Investimentos	15	5.939.932	6.992.230	1.126.176	1.084.311
Imobilizado	16	11.883.058	12.716.177	13.748.890	14.743.629
Intangível	18	186.855	183.741	693.918	337.922
Total do ativo não circulante		20.767.602	22.924.414	19.834.267	20.863.490
Total do ativo		24.700.533	27.006.189	26.254.745	27.758.332

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo					
Circulante					
Fornecedores, empreiteiros e fretes	19	860.835	769.821	846.377	820.571
Empréstimos e financiamentos	20	59.818	2.541.637	62.157	1.850.392
Debêntures	21	5.551	61.109	5.551	61.109
Adiantamentos de clientes		7.287	15.915	35.806	40.799
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	3.21	356.970	954.161	356.970	954.161
Salários e encargos sociais		153.160	225.136	197.076	278.149
Tributos a recolher	22	41.281	66.503	58.447	85.547
Tributos parcelados	23	7.205	6.968	8.529	8.191
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	-	-	7.538	6.151
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	27	139	140	22.001	142
Instrumentos financeiros derivativos	6	48.577	199.657	48.577	199.657
Demais contas a pagar		62.510	130.700	103.215	191.054
Total do passivo circulante		1.603.333	4.971.747	1.752.244	4.495.923
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	6.480.469	5.663.006	5.864.416	4.958.032
Debêntures	21	992.184	999.181	992.184	999.181
Valores a pagar a empresas ligadas	36	76.118	88.171	153.269	162.957
Tributos parcelados	23	-	-	9.050	9.582
Provisão para demandas judiciais	24	422.405	395.834	607.863	557.455
Provisão para recuperação ambiental	25	-	-	143.042	127.103
Benefícios pós-emprego	26	1.338.419	1.150.917	1.342.727	1.153.379
Instrumentos financeiros derivativos	6	102.413	203.845	102.413	203.845
Demais contas a pagar		149.452	124.510	95.903	97.018
Total do passivo não circulante		9.561.460	8.625.464	9.310.867	8.268.552
Total do passivo		11.164.793	13.597.211	11.063.111	12.764.475
Patrimônio líquido					
Capital social	27	13.200.295	12.150.000	13.200.295	12.150.000
Reservas de capital		309.445	327.191	309.445	327.191
Reservas de lucros		-	620.039	-	620.039
Ajustes de avaliação patrimonial		26.000	311.748	26.000	311.748
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		13.535.740	13.408.978	13.535.740	13.408.978
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.655.894	1.584.879
Total do patrimônio líquido		13.535.740	13.408.978	15.191.634	14.993.857
Total do passivo e do patrimônio líquido		24.700.533	27.006.189	26.254.745	27.758.332

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Operações continuadas					
Receita	29	7.515.554	9.188.208	8.454.200	10.185.570
Custo das vendas	30	(7.200.317)	(9.252.480)	(7.966.878)	(10.013.018)
Lucro (prejuízo) bruto		<u>315.237</u>	<u>(84.252)</u>	<u>487.322</u>	<u>172.552</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	32	(177.543)	(165.214)	(272.731)	(258.141)
Despesas gerais e administrativas	32	(251.834)	(314.019)	(354.218)	(440.121)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	(430.674)	(846.700)	(224.826)	(3.199.078)
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	(8.151)	(71.832)	142.861	95.582
		<u>(868.202)</u>	<u>(1.397.765)</u>	<u>(708.914)</u>	<u>(3.801.758)</u>
Lucro (prejuízo) operacional		<u>(552.965)</u>	<u>(1.482.017)</u>	<u>(221.592)</u>	<u>(3.629.206)</u>
Resultado financeiro	33	51.832	(2.245.070)	(30.156)	(1.245.693)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(501.133)</u>	<u>(3.727.087)</u>	<u>(251.748)</u>	<u>(4.874.899)</u>
Imposto de renda e contribuição social	13				
Corrente		-	4.593	(17.951)	(17.282)
Diferido		(168.819)	486.389	(307.144)	1.207.204
		<u>(168.819)</u>	<u>490.982</u>	<u>(325.095)</u>	<u>1.189.922</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>(669.952)</u>	<u>(3.236.105)</u>	<u>(576.843)</u>	<u>(3.684.977)</u>
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		(669.952)	(3.236.105)	(669.952)	(3.236.105)
Acionistas não controladores		-	-	93.109	(448.872)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	34	R\$ (0,60)	R\$ (3,28)	R\$ (0,60)	R\$ (3,28)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial	34	R\$ (0,60)	R\$ (3,28)	R\$ (0,60)	R\$ (3,28)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A - USIMINAS
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A - USIMINAS ("Usiminas" ou "Companhia") identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A - USIMINAS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 20, que descreve certas condições que requeriam o vencimento antecipado de dívidas significativas da Companhia e que devem ser cumpridas até 30 de junho de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável de ativo imobilizado e intangível

Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"). Para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento de negócio.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a taxa de desconto utilizada na determinação do valor em uso dos ativos, volume de vendas do período projetado, inflação, bem como a complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil e considerando a redução da demanda do mercado siderúrgico, volatilidade dos preços do minério de ferro e do câmbio, entre outros, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos relacionados à elaboração das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Usiminas e aprovadas pelos órgãos de governança. Analisamos a avaliação da Usiminas quanto à existência de indicadores de redução ao valor recuperável (ou de sua reversão) em relação às suas UGCs, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho de cada UGC no exercício e reuniões com as diretorias operacionais da Companhia e suas subsidiárias. Obtivemos os fluxos de caixa descontado de cada segmento de negócio e, com o envolvimento de nossos especialistas da área de finanças corporativas, avaliamos as premissas adotadas, incluindo a taxa de desconto adotada, os preços projetados, projeções de custos de capital e operacionais e perfis de produção e taxas de câmbio, confrontando-as, quando aplicável, com informações de terceiros. Além disso, realizamos discussões com a Companhia, avaliando também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características de cada segmento de negócio. Avaliamos a análise de sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave de preço e projeções de custo operacional usadas pela Companhia. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

Conforme descrito na nota explicativa 13, a Companhia reconheceu os impostos diferidos ativos com base na existência de probabilidade razoável de que gerará lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos. Devido às incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses impostos ativos diferidos e o fato da Companhia exercer um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros que são baseados em premissas que refletem o ambiente econômico e operacional da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Usiminas e aprovadas pelos órgãos de governança, e optamos por uma abordagem de testes detalhados de documentos, os quais incluíram o envolvimento dos nossos especialistas de impostos, na avaliação da natureza das diferenças temporárias, bem como na avaliação da base do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social que compõem a base tributável. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas da área de finanças corporativas avaliamos as premissas e a metodologia utilizada pela Companhia. Comparamos as premissas da Companhia, com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, e com outras avaliações que realizamos dos principais *inputs*, como crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, assim como avaliamos uma análise de sensibilidade das premissas. Comparamos também o resultado esperado de lucro tributável futuro e o limite do valor a ser registrado como imposto diferido ativo da Companhia. Além disso, avaliamos se as divulgações realizadas pela Companhia com relação aos impostos reconhecidos e não reconhecidos refletem adequadamente as estimativas elaboradas e aprovadas pela Companhia. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Instrumentos financeiros - Reestruturação de dívida

Conforme descrito na nota explicativa 20, em 2016 a Companhia celebrou contratos para reestruturação de sua dívida bancária. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação desta operação e, conseqüentemente, a necessidade de se avaliar o adequado tratamento contábil para a mensuração, desreconhecimento e reconhecimento dos instrumentos financeiros envolvidos, bem como a necessidade de se avaliar o cumprimento das cláusulas restritivas (*covenants*), que poderiam resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, exame da documentação suporte da operação, avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros, do tratamento contábil adotado pela Companhia para registro e recálculo dos valores relevantes envolvidos na transação, avaliação do cumprimento das cláusulas restritivas, bem como confirmação de saldos junto aos credores. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Provisões para demandas judiciais e administrativas

Conforme descrito na nota explicativa 24, provisões são constituídas pela Companhia para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis.

A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos internos e externos, exerce julgamento significativo na determinação do valor das provisões a serem constituídas, bem como na divulgação de processos não provisionados, em que a expectativa de perda é considerada como possível. A avaliação das provisões para demandas judiciais e administrativas representou um aspecto significativo de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, pelos julgamentos significativos exercidos pela Companhia para constituição das provisões e divulgações requeridas, bem como pela necessidade de se avaliar a integridade das informações, em função da alteração do sistema de controle e gestão utilizado pela Companhia, ocorrida em 2016.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com auxílio de nossos especialistas de Tecnologia de Informação, avaliamos os controles internos associados ao registro e integridade das informações relacionadas as demandas judiciais e administrativas, em função da alteração do sistema de controle e gestão. Obtivemos a lista de consultores jurídicos externos que representam a Companhia nos processos e analisamos a carta de confirmação contendo informação sobre os montantes envolvidos e avaliação de risco de perda. Para os valores mais significativos, avaliamos o entendimento do mérito e a razoabilidade da conclusão sobre a classificação e mensuração de risco determinado pela Companhia e os valores contabilizados. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Continuidade Operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1, como consequência do cenário econômico nacional e internacional, durante o ano de 2016, a geração de caixa operacional da Companhia foi negativamente impactada, principalmente em função da queda da demanda e dos preços dos produtos siderúrgicos. Com o objetivo de avaliar o uso do pressuposto de continuidade operacional quando da preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Companhia, considerou a renegociação de dívidas e aportes de capital dos acionistas efetuados durante o ano de 2016, bem como elaborou análises que consideraram eventos e condições que pudessem indicar incertezas significativas e gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuidade operacional. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação das premissas base dessa avaliação, especificamente as projeções de fluxo de caixa, e do impacto que qualquer mudança nessas premissas teria nas demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, avaliação com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando resultados realizados, dados externos e condições do mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da continuidade operacional com as utilizadas nos cálculos de redução do valor recuperável, a avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da

adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

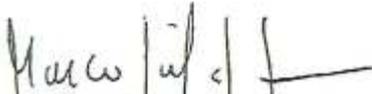
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0